



COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUEM SÃO ESSAS PROFISSIONAIS?

Iris Ferreira da Silva ¹
Suzana Marcolino ²

RESUMO

Apresentamos no artigo os resultados parciais de pesquisa de iniciação científica que teve como objetivo identificar as condições de trabalho e oportunidades de formação de coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil de um município da zona da mata alagoana. Para isso utilizamos os seguintes instrumentos de coleta de informações: i) análise documental das políticas de formação inicial e continuada destinadas à Educação Infantil; (ii) aplicação do instrumento “Caracterização Geral da Escola”; (iii) questionário “Perfil dos Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil” e (iv) o instrumento das atividades diárias da coordenadora. Em virtude da crise sanitária e pandemia vivenciadas no mundo, não foi possível concluir a pesquisa. Para nossa discussão, utilizamos como referencial teórico os estudos de Gatti (2010), Vieira, Souza e Alves (2018) e Drumond (2018). Os resultados parciais apontam para políticas que sugerem a articulação entre a formação inicial e continuada; a necessidades de adequação das instituições de educação infantil para oferecer condições de trabalho as coordenadoras e investimento em formação em relação as questões específicas da educação infantil, pois o perfil das profissionais indica a trajetória no ensino fundamental.

Palavras-chave: Educação Infantil, Formação Inicial e Continuada, Coordenação Pedagógica.

INTRODUÇÃO

No presente artigo apresentamos uma análise das condições em que se realiza o trabalho das coordenadoras pedagógicas da educação infantil de um município da zona da mata alagoana. A pesquisa foi organizada e iniciada com participantes de um curso de formação continuada para coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil, promovido pelo projeto de pesquisa e extensão, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O presente artigo organiza-se em cinco seções. Na primeira seção, apresentamos a metodologia do trabalho, identificando os percursos metodológicos e o uso dos

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, iris_ferreiraa@hotmail.com;

² Doutora em Educação, Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, suzana.marcolino@cedu.ufal.br



instrumentos da pesquisa. Na segunda, a revisão bibliográfica, as principais discussões teóricas. A terceira e quarta seção exploram os resultados e a discussão dos dados. Na quinta e última seção, encontram-se as considerações finais, em que são apontados os principais resultados parciais encontrados na pesquisa.

METODOLOGIA

Para atingir a finalidade da pesquisa, estabelecemos alguns objetivos: Identificar, descrever e analisar as principais políticas de formação continuada; identificar as condições do espaço físico da escola e identificar na rotina diária, momentos de estudo e outras atividades ligadas à qualificação do profissional.

Assim, para entender o trabalho das coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil, definimos, adoção da abordagem Histórico-Cultural de pesquisa (MICARELLO, 2005), entendemos que a descrição das condições singulares de trabalho e oportunidades de formação das coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil de um município da zona da mata alagoana, remetem a elementos históricos e políticos mais amplos. Assim, somada a tarefa de descrever a realidade de trabalho e formação das coordenadoras dessa localidade, estudamos as políticas para a Educação Infantil, mais especificamente as de formação das profissionais e a produção acadêmica sobre o trabalho e formação das coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil.

Assim, os instrumentos utilizados para o conhecimento do trabalho e oportunidades de formação foram: (i) análise documental das políticas de formação continuada destinadas à Educação Infantil; (ii) aplicação do instrumento “Caracterização Geral da Escola”; (iii) questionário “Perfil dos Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil” e (iv) o instrumento das atividades diárias da coordenadora, este não foi aplicado em virtude da pandemia.

A fonte da pesquisa documental foi o sitio do Ministério da Educação (MEC). O instrumento “Caracterização Geral da Escola” envolveu roteiros de observação e de entrevista semi-estruturada com o objetivo de conhecer tanto aspectos relativos à estrutura física da escola como também da organização do trabalho pedagógico. O questionário “Perfil do Coordenador Pedagógico” buscou levantar informações sobre a formação inicial e continuada, tempo na docência na Educação Infantil, idade, gênero



entre outras informações para delimitar o perfil das profissionais participantes da pesquisa.

DISPOSITOS LEGAIS

De acordo com Vieira, Souza, Alves e Oliveira (2018, p. 472)

A partir de meados dos anos 1980, com o processo de redemocratização da sociedade decorrente do fim da ditadura militar, e a consequente publicação de documentos oficiais voltados à educação, o coordenador pedagógico começou a conquistar o seu lugar na estrutura escolar. Desde então, os documentos oficiais dos sistemas escolares e os diversos estudos vêm demonstrando a importância desse profissional na construção coletiva do projeto da escola. Sua função no âmbito escolar passou a ser, dentre outras, promover o desenvolvimento das reflexões sobre a aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996) é um dos primeiros documentos legais que define o perfil dos profissionais que atuam na gestão, assim entendemos, orienta sobre a formação do coordenador pedagógico, no artigo 64 ele especifica que:

A formação de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção e orientação educacional para educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base nacional comum.

A formação em nível superior no curso Pedagogia torna-se a exigência mínima para o desempenho da função. Contudo, depois de muitos debates a respeito da formação dos professores da educação básica, em 2006 foi estabelecida a Resolução CNE/CP n.º 1/2006 que instruiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.

Segundo Gatti (2010),

aos cursos de graduação em Pedagogia, somente em 2006, depois de muitos debates, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução n.º 1, de 15/05/2006, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos, propondo-os como licenciatura e atribuindo a estes a formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, bem como para o ensino médio na modalidade Normal, onde fosse necessário e onde esses cursos existissem, e para a educação de jovens e adultos, além da formação de gestores. (p. 1.357)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (2006) no art.4.º, definem a função do pedagogo e a sua atuação na coordenação:



Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação. (Brasil, 2006)

Em 2015, foi aprovada a Resolução CNE/CP n.º 2, de 1.º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, o documento instrui que as instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação. Com isso, é possível conceber uma sugestão de articulação entre a formação inicial e continuada.

A resolução define no artigo 3 que,

“A formação inicial e a formação continuada destinam- se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio.” (2015, p.3)

O documento define também no artigo 17 que,

A formação continuada, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação. (2015, p.14)

De acordo com Vieira, Souza, Alves e Oliveira (2018) A base da argumentação na resolução é a valorização do magistério e dos demais profissionais da educação e a necessidade de se fortalecerem as políticas de valorização desses profissionais.

No tocante as especificidades da atuação na Educação Infantil um documento importante para entender as especificidades do coordenador pedagógico da educação infantil, em 2010 é publicado as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (MEC, 2010). O documento é responsável por fixar as diretrizes da educação infantil com concepções, princípios e objetivos, entretanto percebe-se que o documento aborda em maior parte as funções do educador desta etapa.



Para Monção (2013), o cuidado compartilhado na relação com as famílias, é uma especificidade da coordenação pedagógica na Educação Infantil. Dessa forma, a qualidade da gestão pedagógica estaria ligada a capacidade da Coordenadora Pedagógica articular ações, respeitosas dos direitos das crianças, que envolvam as famílias e os docentes

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA ALAGOANA

No município Alagoano, três escolas de educação infantil foram caracterizadas, sendo duas localizadas na cidade e uma no campo, em virtude da pandemia e do calendário das escolas não foi possível visitar todas do município.

Os parâmetros Básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil (2006) definem o espaço físico destinando a educação infantil como,

promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adulto e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos. (2006, p.8)

De acordo com os parâmetros de infraestrutura de educação infantil (2006), a estrutura física das escolas não foi projetada para atender as especificidades da educação infantil, uma vez que os prédios em nada se diferenciam dos prédios das outras etapas da educação. Elas não comportam bibliotecas, sala de vídeo, local de acolhimento das famílias, área verde, banheiros que proporcionem a autonomia das crianças, parte das salas de referência não possuem janelas e as que possuem não são da altura das crianças, para que as mesmas possam olhar para o exterior e para uma melhor circulação de ar, as salas das instituições da cidade tem ventiladores, as salas da escola do campo possuem ar-condicionado, pois a construção dessas é mais recente. Mas ainda assim são tão quentes que em alguns horários do dia fica inviável manter as crianças na sala. As escolas possuem espaços para direção, coordenação, cozinha, dispensa, almoxarifado, pátio coberto e banheiro exclusivo para uso dos professores.

Os materiais e recursos pedagógicos são limitados e não há variedades, por isso dentro das possibilidades de cada escola as professoras tentam fazer o uso dos recursos de diferentes maneiras, reaproveitando os materiais para várias atividades. As produções das crianças ficam expostas nas salas de referências e em algumas paredes das escolas.



Os projetos políticos pedagógicos estão todos passando por um processo de atualização junto a secretaria municipal de educação. A relação das escolas com a família e a comunidade fica resumida em reuniões semestrais, momentos festivos e passeios.

O PERFIL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O município da zona da mata alagoana conta com uma equipe de seis coordenadoras pedagógicas, todas nascidas em Alagoas e residentes do mesmo município, das seis, quatro tem idades de 31 a 40 anos, e duas de 51 a 60 anos. Quanto a formação inicial, cinco das coordenadoras são graduadas em pedagogia e uma em letras, todas possuem especialização na área da educação.

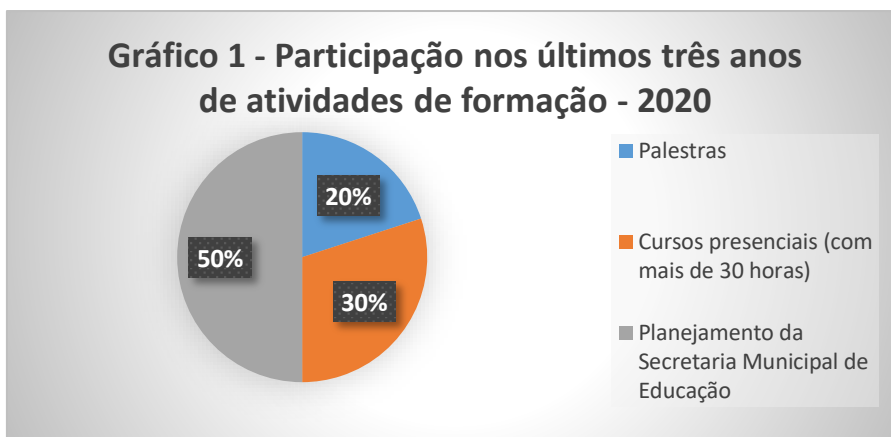
Uma atribuição a ser realizada pelo coordenador pedagógico são os momentos de formação continuada com os docentes das suas unidades de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e para a formação continuada, definem no Art. 3º que,

“A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas [...] a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (2015, p. 3)”

Com a responsabilidade de manter o processo de formação no chão da instituição e a atuação com as famílias, é preciso uma atenção específica para a formação das coordenadoras. O gráfico abaixo representa as atividades de formação continuada participadas nos últimos três anos pelas coordenadoras pedagógicas.



Gráfico 1 - Participação nos últimos três anos de atividades de formação - 2020

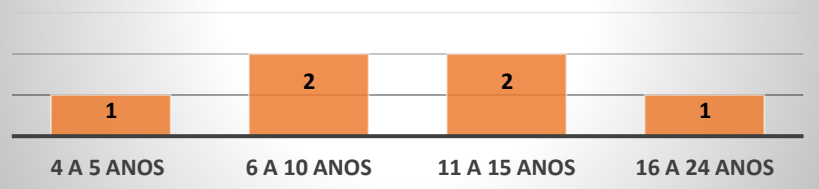


Fonte: As autoras

Podemos observar que parte dessa formação é concentrada nos momentos de planejamento na secretaria municipal de educação, sendo a outra metade distribuída entre cursos de até 30 horas e palestras.

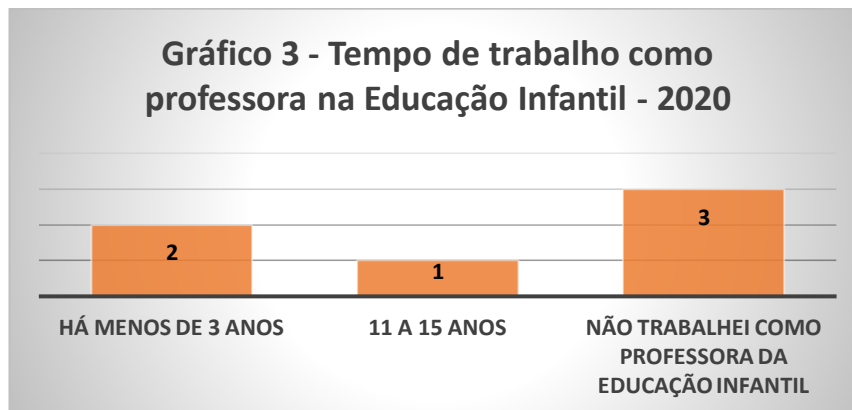
No intuito de conhecer o perfil das coordenadoras pedagógicas da educação infantil, buscamos compreender a relação de tempo de trabalho como professora da educação infantil e professora das demais etapas.

Gráfico 2 - Tempo de trabalho como professora em outras etapas da Educação (ensino fundamental, médio ou superior) - 2020



Fonte: As autoras

Gráfico 3 - Tempo de trabalho como professora na Educação Infantil - 2020



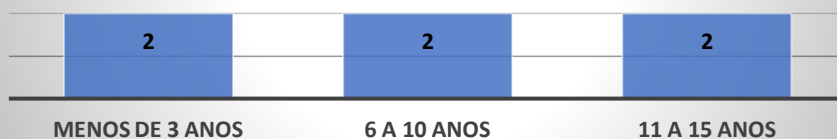
Fonte: As autoras



Comparando os resultados dos gráficos 2 e 3 podemos perceber um percentual considerável de atuação como professora nas modalidades de ensino fundamental e médio, uma vez que 50% nunca atuou como professora da educação infantil.

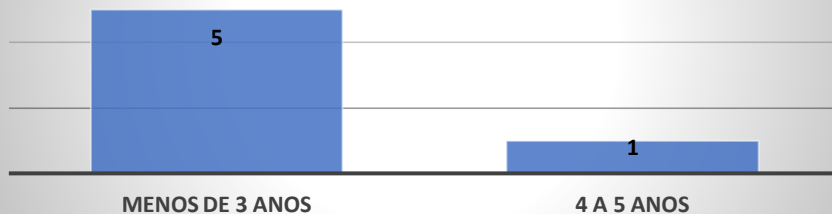
Além da atuação como professora, o questionário abordava também questões para conhecimento da relação do tempo de trabalho como coordenadora educação infantil e das demais etapas.

Gráfico 4 - Tempo de trabalho como Coordenadora pedagógica em outras etapas da educação (ensino fundamental, médio ou superior) - 2020



Fonte: As autoras

Gráfico 5 - Tempo de trabalho como Coordenadora Pedagógica na escola atual - 2020



Fonte: As autoras

Observando os gráficos 4 e 5, podemos visualizar que a área de atuação como coordenadora foi nos níveis de ensino fundamental, médio ou superior. A maioria das professoras estão a menos de 3 (três) anos na gestão da educação infantil.

Realizando um comparativo entre os resultados dos gráficos 2 e 3 com os resultados dos gráficos 4 e 5 podemos perceber que além de 50 % das coordenadoras nunca terem atuado como professoras da educação infantil, esta é a primeira experiência na educação infantil.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos tem uma logica continua envolvendo a formação dos profissionais da educação básica, demonstrando interesse pela formação continuada dos professores e uma tentativa de articular a formação inicial e a formação continuada.

Os dispositivos legais: Lei de diretrizes e bases (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia licenciatura (2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada (2015), apresentam um perfil do egresso em pedagogia, orientando para a futura prática, abordam para os requisitos mínimos para o desempenho da função do coordenador pedagógico, e incentivam para a formação continuada entretanto percebe-se uma invisibilidade da especificidade do coordenador pedagógico da educação infantil.

Sabe-se que a experiência por si só não garante o sucesso da gestão e coordenação escolar, entretanto é essencial que para o atendimento das necessidades das crianças e suas famílias o coordenador pedagógico da educação infantil conheça as especificidades da área. Entendendo que este profissional norteia as práticas dos professores que estarão em sala por meio das formações continuadas. Um coordenador pedagógico com visões tradicionais assimiladas no ensino fundamental, orientará para atividades sem as características que são esperadas para a educação infantil. Por isso é necessario pensar em investimentos na formação em relação as questões específicas da educação infantil, pois o perfil das profissionais indica a trajetoria no ensino fundamental. Assim como adequação nas instituições de educação infantil para contemplar o trabalho das coordenadoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 1 de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Brasília, DF, 2015.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006.

DRUMOND, Viviane. Formação de Professoras e Professores de Educação Infantil: Por uma Pedagogia da Infância. v. 20, n. 38 p. 288-302| jul-dez 2018

Gatti, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, 31(113), 1355-1379. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). www.ibge.gov.br. Recuperado em em 23 de outubro de 2018.

MICARELLO, Hilda. Formação de profissionais da educação infantil: “sair da teoria e entrar na prática”? In: KRAMER, Sonia (org.). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo, SP: Ática, 2005.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. Gestão democrática na Educação Infantil: o compartilhamento da educação da criança pequena. 2013. 269 p. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2013

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.



VIEIRA, Emilia Peixoto. SOUZA, Luciana Sedano de. ALVEZ, Cândida Maria Santos Daltro. OLIVEIRA, Rachel de. As condições de trabalho das coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil. V. 29, N. 3 (88) | set./dez. 2018